

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

GABRIELA BARCELLOS DE OLIVEIRA

**Violência contra a mulher no mundo contemporâneo, como isso
ainda é possível? Uma compreensão fenomenológica**

SÃO PAULO

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

GABRIELA BARCELLOS DE OLIVEIRA

**Violência contra a mulher no mundo contemporâneo, como isso
ainda é possível? Uma compreensão fenomenológica**

**Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como exigência parcial para
graduação à Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr.
Marcelo Sodelli**

SÃO PAULO
2016

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, por ser o meu maior companheiro de vida. Obrigada por ser o melhor exemplo que eu poderia pedir e por me proporcionar tudo isso, sem você não seria possível.

À minha mãe, pelo apoio e amor incondicional. Obrigada por toda a disponibilidade em me ouvir, me acolher e me fazer uma pessoa melhor todos os dias, você é meu porto seguro.

À minha irmã, minha parceira. Que sorte a minha ter sido escolhida para acompanhar você durante a vida inteira. Obrigada, meu amor, pela paciência e por me ensinar cada vez mais.

Ao Professor Marcelo Sodelli, meu orientador e mestre, por todos os ensinamentos, oportunidades e partilhas durante toda a minha graduação. Você é o responsável por grande parte da psicóloga que vou me tornar, e por isso serei eternamente grata.

À Fernanda e à Letícia, por dividirem a vida comigo. Obrigada por todo o amor, companheirismo e troca de sempre, de todos os dias, de todas as horas.

Ao Thiago, por ser fonte inesgotável do amor mais intenso e verdadeiro que eu já senti. Obrigada por, depois de todos esses anos, ainda fazer eu me sentir tão apaixonada.

Aos meus irmãos de Coimbra: Natalia, Clara, Renata, Laura, Lucas, Paula e Verônica, por viverem comigo a felicidade mais plena que eu pude experimentar. Obrigada pelos melhores seis meses da minha vida e por todo o amor que dividimos, fundamental para que eu me (re)encontrasse.

Dedicado a todas as mulheres que fazem (ou não) parte da minha vida. Vocês me fortalecem, me inspiram e me orgulham diariamente, me mostrando que vale a pena lutar por respeito, por igualdade, por sororidade. Lutar contra violências, abusos, assédios e silenciamentos, contra a culpa que insistem em nos colocar e contra todas as formas de opressão veladas e escancaradas que sofremos diariamente.

Vamos juntas!

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos

Amelinha Teles

Autora: GABRIELA BARCELLOS DE OLIVEIRA

Título: Violência contra a mulher no mundo contemporâneo, como isso ainda é possível? Uma leitura fenomenológica

Ano: 2016

Orientador: Professor Doutor Marcelo Sodelli

7.07.00.00-1: Psicologia

RESUMO

Este trabalho teórico pretende investigar o fenômeno da violência contra a mulher à luz da Fenomenologia Existencial, em especial a partir da discussão iniciada por Heidegger, na chamada “Era da Técnica”. Para tanto, realizou-se uma aproximação entre o histórico de violência e de luta feminina em suas mais diversas manifestações e a hermenêutica fenomenológica proposta por Martin Heidegger. A escolha da abordagem se deu pelo fato da Fenomenologia não compreender o homem como um ente que está no mundo, como algo que se encontra sobre uma coisa, mas sim como sendo *um com seu mundo*. Supera-se, desta forma, o paradigma cartesiano da separação entre sujeito-objeto que, em última instância, acaba por entender o homem e suas questões de forma fragmentada, encoberta. Buscou-se, assim, um “re-descobrir” do fenômeno da violência contra a mulher a partir de outra ótica que não a biologizante já naturalizada em nosso mundo. Não se pretende, porém, esgotar a discussão sobre a temática proposta. Ao contrário, este é um recorte que almeja produzir um ensaio de um novo horizonte para a compreensão desta questão.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Fenomenologia, Era da técnica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
MÉTODO.....	11
CAPÍTULO I - Introdução à Fenomenologia.....	12
CAPÍTULO II - Fenomenologia e a era da técnica	17
CAPÍTULO III - Mundo contemporâneo: Violência e mulher	20
CAPÍTULO IV - A violência contra a mulher na era da técnica	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

“Querer-se livre é também querer livres os outros” (Simone de Beauvoir).

O presente trabalho pretende desenvolver, problematizar e discutir como é possível que ainda exista no mundo moderno a violência contra a mulher, utilizando-se, para tanto, a abordagem Fenomenológica-Existencial e, especificamente, os conceitos propostos por Martin Heidegger.

Por meio de uma retomada acerca de alguns acontecimentos da luta feminista, pretende-se elucidar o longo caminho já percorrido, com conquistas importantes para a emancipação feminina, mas principalmente evidenciar a dura realidade vivenciada, na qual inúmeras mulheres ainda são vítimas de violência não somente de seus pares como de toda a sociedade.

Assim, entende-se a necessidade de um aprofundamento teórico que tenha como razão de ser uma tentativa de maior compreensão acerca desta questão. O objetivo do presente trabalho é, portanto, realizar uma aproximação entre um fenômeno ôntico amplamente discutido atualmente, a violência contra a mulher, e os conceitos oferecidos pela visão fenomenológica.

A escolha do tema foi realizada em virtude de este possuir um cunho tanto pessoal como acadêmico. Referente ao primeiro deve-se citar o meu grande interesse pelo assunto, que se tornou ainda maior quando me aproximei de rodas de debate feministas, que discutem pautas essenciais e que permeiam a vida de milhões de mulheres, como assédios, silenciamentos, abusos e opressões.

A (con)vivência com mulheres empoderadas e a desconstrução proporcionada por elas de antigos paradigmas e certezas foi fundamental para meu engajamento pessoal com a questão da violência contra a mulher em suas mais variadas formas.

A faculdade de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo também se mostrou como um importante motor de minha transformação, por ter me proporcionado o encontro com o novo através de aulas, discussões, estágios e

vivências, decisivos para um despertar sobre meus privilégios e deveres enquanto profissional.

Tive o privilégio, também, de estudar um semestre na Universidade de Coimbra, Portugal, experiência fundamental para a ampliação de meus horizontes de sentido. Este foi um período de muitas descobertas, e morar em outro país, ao mesmo tempo em que me abriu os olhos para a possibilidade de outras formas de compreensão da questão da mulher, me reafirmou o quanto esta é uma problemática universal.

A justificativa acadêmica que permeou esta escolha se deu, por sua vez, na medida em que, ao se pesquisar mais acerca do tema discutido, descobriu-se que não havia muitos trabalhos sobre violência contra a mulher realizados à luz da fenomenologia existencial, havendo uma lacuna epistemológica que poderia, então, ser explorada.

A escolha da abordagem, neste sentido, ocorreu devido ao meu interesse pessoal pela Fenomenologia, com a qual tenho contato e venho estudando desde os primeiros anos da graduação. O olhar que ela possibilita sobre o homem, entendendo-o sempre como sendo *um com seu mundo*, foi essencial para que a aproximação proposta pelo trabalho fosse possível.

O trabalho, que se iniciou em meados de 2015 e foi concluído em junho de 2016, não poderia conter uma temática mais pertinente. Estamos em meio a um cenário social e político permeado por manifestações explícitas da cultura machista e patriarcal na qual estamos inseridos, que levaram a inúmeros debates, discussões, protestos e manifestações em prol de um olhar sobre todas estas questões. E é exatamente neste contexto que a fenomenologia hermenêutica de Martin Heidegger se insere, buscando ampliar a compreensão desse fenômeno, esclarecendo seus possíveis sentidos.

Assim, além do amadurecimento pessoal, o desenvolvimento deste projeto forneceu subsídios para meu crescimento como profissional ao viabilizar uma compreensão mais aprofundada acerca desta questão e de seus desdobramentos,

possibilitando uma visão mais crítica que retira, mesmo que em partes, o manto de invisibilidade sobre a questão da violência de gênero na psicologia.

MÉTODO

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação teórica. Os conceitos referentes à abordagem fenomenológica que embasam este estudo foram retirados, fundamentalmente, das obras de Martin Heidegger, assim como de outros autores que estudam esta perspectiva teórica, como Casanova, Nunes, Sodelli e Glaser. Foram utilizadas, também, por suas contribuições à temática referente às questões da mulher, principalmente produções de Annency Tojeiro Giordani e Conceição Nogueira.

Como forma de explicitar os conceitos básicos da fenomenologia que norteiam e que justificam a execução deste trabalho, foi realizado um capítulo teórico contendo noções como ser-aí, Dasein, ser-para-morte, propriedade e impropriedade. Em seguida, realizou-se um capítulo específico sobre a “era da técnica”, conceito fenomenológico importante para o entendimento da presente temática. Além disto, na tentativa de familiarizar o leitor com a problemática da violência contra a mulher, produziu-se um capítulo discutindo as suas origens históricas e os seus desdobramentos atuais.

O próximo passo foi a realização de uma aproximação teórica entre os conteúdos referentes ao trabalho, isto é, entre os conceitos fenomenológicos supracitados e a vivência da violência contra a mulher. Em suma, pretendeu-se estabelecer uma produção que enxergasse a questão da violência contra a mulher à luz da fenomenologia, de forma a oferecer uma nova maneira de compreender este fenômeno.

CAPÍTULO I - Introdução à Fenomenologia

O filósofo alemão Martin Heidegger, em especial na sua obra *Ser e Tempo* (1927), propõe uma nova ontologia que pretende compreender a questão do ser. Sua trajetória se dá no sentido de desconstruir paradigmas da metafísica, que busca definir o homem através de conceitos e limitações, de forma que “o modo como o ser se manifesta no ente em determinado momento é entendido como sua definição, e não como uma possibilidade do que está sendo” (Bittencourt, 2003, p. 8).

Para tanto, Heidegger se utiliza de novos termos que revelam a especificidade de sua compreensão, não referindo-se explicitamente ao homem, por exemplo, mas sim ao Dasein, termo alemão que designa o Ser-ai. “Dasein é a designação de Heidegger para o existir humano, que é visto como espaço da iluminação do ser, lugar em que o ser pode manifestar-se e ser compreendido” (Bittencourt, 2003, p. 10).

O ser-aí, de acordo com a hermenêutica Heideggeriana, se refere ao ente capaz de questionar sobre o seu ser. Ao fazê-lo, o homem demonstra que pode refletir sobre sua existência e sobre as possibilidades desse existir. O Dasein é, portanto, um ente que compreende e põe em jogo o seu próprio ser.

Para Heidegger,

O ser-aí humano é um ente que não possui nenhuma determinação quiddativa. Ele não possui em si mesmo uma razão, um corpo, uma alma ou um conjunto de faculdades. Ao contrário, tudo aquilo que ele é só se determina a partir do estabelecimento existencial de um de seus modos possíveis de ser (Casanova, 2012, s/p).

Assim, o ser-aí não possui um conjunto de propriedades que o definem a priori, sendo, portanto, um ser que não tem uma essência pré-estabelecida, determinada. Ao contrário, a Fenomenologia compreende que o homem está constantemente conquistando sua própria existência, sendo o Dasein um poder-ser, aberto às possibilidades que se apresentam a ele a partir das facticidades do mundo ôntico, isto é, do que lhe é apresentado no mundo que é o seu.

O ser do ser humano [...] está sempre aberto, e por isso está sempre em transformação. Da mesma forma que o homem é um ser em formação, a sua realidade é um constante vir-a-ser. Isto é, a fenomenologia rompe com a ideia de realidade como una e imutável (Glaser, 2010, p. 12).

Faz-se necessário ressaltar, a esta altura, que mesmo sendo poder-ser, o Dasein não vive solto no mundo, sem rumo, mas sim se entrelaça com ele por meio da busca incessante de sentido, fenômeno impulsionado pela condição de ter-querer alguma coisa o tempo todo, uma vez que o sentido de ser não nos é dado. (Sodelli, 2010).

A visão Fenomenológica Existencial compreende, também, que o Dasein é um ser-no-mundo: Nós, seres humanos, vivemos sempre em relação, seja com o outro, com nós mesmos ou com o mundo, de modo que o “Dasein não existe isoladamente sem o mundo que habita que, por sua vez, também não existe separado do Dasein” (Sodelli, 2010, p. 69). Assim,

[...] Rompemos com a visão metafísica que assume o homem e o mundo como entidades separadas, que concebe o mundo como algo anterior, no qual o homem é colocado, ou mundo como algo criado pelo homem que o antecede. Tomamos, aqui, homem e mundo como co-originários, ou seja, não há um sem o outro, indo além, um não precede o outro. (Glaser, 2010, p. 29).

Por ser um DA-SEIN, um SER- AÍ, um ser-no-mundo, mundo este que só tem significado devido à relação compreensiva estabelecida através do próprio Dasein, o homem é, igualmente, ser-com-os-outros:

Heidegger mostra que mesmo quando o homem se encontra agindo e fazendo, estando então ocupado com ações e obras, já há a presença do outro. Ou seja, ao estar ocupado com seus afazeres, mesmo que não pense diretamente no outro, este outro está presente [...] Assim, o filósofo assinala que o Dasein é fundamentalmente ser-com, pois o existir humano se dá sempre junto, na presença do outro. (Bittencourt, 2003, p. 11).

Justamente por estar sempre em relação, o Dasein também se coloca como interprete dos outros entes na medida em que forma com estes uma unidade inseparável, na qual nada pode ser sem a compreensão humana.

Assim, o mundo de um Dasein se abre a partir de sua afinação, estando o ser-aí sempre no mundo de forma interpretativa. A existência humana não é algo simplesmente dado, mas algo que está sempre se compreendendo numa determinada direção, no que a fenomenologia denomina de existencial de compreensão. Deste modo, um mundo de compreensão já abre para o ser-aí antes mesmo que se queira algo, como falar com alguém, fazer alguma atividade ou comprar determinado objeto, por exemplo. (Morgado, 2013).

Ao mesmo tempo, esta abertura do Dasein é modulada afetivamente através do existencial da disposição afetiva:

A disposição (tonalidade afetiva) é o estado em que nos encontramos, é o modo de ser-em com que nos sentimos, com que nos dispomos ao mundo, ou seja, da forma que é onticamente conhecida como o humor, os estados de humor, estando o Dasein, portanto, sempre no mundo de forma interpretativa (Sodelli, 2016, p.65).

Por ser o único ser que compreende tanto os entes ao seu redor quanto a sua própria experiência, questionando-se sobre ela, o Dasein se mostra capaz de compreender, também, sua temporalidade e, assim, sua finitude. A abertura para a morte acompanha o Dasein durante toda a sua existência, sendo o ser-aí, portanto, um ser-para-morte.

Tal condição torna imprescindível a realização de escolhas sobre como a vida será vivida, escolhas estas que, inevitavelmente, selecionam o que será experienciado em detrimento das demais possibilidades. Heidegger entende, assim, que o homem é condenado a cuidar de seu ser no decorrer de sua existência.

Surge, desta forma, a experiência da angústia. É na angústia que se libera o poder-ser mais próprio do ser-aí (a propriedade), pois é a partir dela que o Dasein poderá, de fato, colocar em jogo sua existência e se apropriar de uma vivência mais autêntica.

Essa angústia, advinda da falta de determinação do Dasein e, então, da necessidade de realização de escolhas, revela a não possibilidade do ser-aí de desenvolver e vivenciar todas as suas potencialidades de ser-no-mundo, o que pode acarretar em um sentimento de culpa. A culpa ontológica desvela, então, a impossibilidade do homem ser plenamente si-mesmo, estando sempre em débito consigo mesmo.

A angústia (e conseqüentemente a culpa) nos causam um sentimento de não estarmos mais em casa, nos retira do que é familiar. Nos vemos sem o encobrimento da mediania do cotidiano, o que faz com que o Dasein fuja continuamente desta angústia (Nunes, 2002).

Assim, além da propriedade, isto é, a forma na qual o homem mergulha na dimensão mais profunda de seu ser, procurando conhecer aquilo que lhe é mais

autêntico, o ser-aí pode experienciar outra modulação de cuidado da sua existência através da impropriedade, onde o Dasein não assume responsabilidade por sua vida, deixando-a a luz da coletividade:

Resumidamente poderíamos dizer que na impropriedade do impessoal o Dasein se desresponsabiliza por sua existência e por seu projeto, experimentado um mundo previsível e organizado, no qual as coisas seguem numa certa sequência de acontecimentos, praticamente naturalizados (Sodelli, 2016, p. 69).

A propriedade e a impropriedade, portanto, são modulações que determinam o modo como cuidamos de nossa existência. O Dasein, decaído em um modo impróprio, acaba por se distanciar de si mesmo e daquilo ao seu redor, ou seja, do mundo e dos outros entes. A retomada de um ser mais próprio só se dá, portanto, a partir de um redescobrir das possibilidades de intimidade consigo mesmo e com o seu existir. (Bittencourt, 2003).

Heidegger, porém, não atribui conotações valorativas a estes modos de ser, não devendo haver, portanto, um julgamento maniqueísta de bom/ruim, positivo/negativo. Ao contrário, o Dasein, de início e na maioria das vezes, se desdobra a partir das significações sedimentadas que lhe são apresentadas no mundo, ou seja, o homem tende a se comportar do modo como todos se comportam, a partir do que Heidegger chama de impessoal.

Esta perda no impessoal, no discurso do “a gente”, ocorre como uma tentativa de aplacar o incômodo de se encontrar jogado na existência sem garantias e ter de ser responsável por ela (Sapienza, 2007), sendo fundamental a sua experimentação pelo Dasein.

Com a fenomenologia, percebe-se que este cuidado do Dasein com o seu existir tem como fundamento ontológico a temporalidade

Aqui o tempo não pode ser entendido numa cadeia de simples agora (objetificado), por meio de momentos idênticos, divididos entre passado/presente/futuro. [...] Deste modo, o Dasein existe temporizando-se, entre o momento que nasceu até a sua morte. (Sodelli, 2016, p. 69).

Esse horizonte aberto mostra que, apesar de todas as incertezas que nos esperam no futuro, apenas uma coisa, apesar de imprevisível, é certa ao Dasein: a sua morte (Seibt, 2010). Desta forma, de acordo com Heidegger, o ser-aí se define

tanto pela sua presença no mundo quanto pelo fim dela, uma vez que, diante da finitude, analisa-se as possibilidades a ele apresentadas e toma-se decisões.

A certeza da morte, portanto, influi na forma como se vive ao oferecer contornos e perspectivas específicas ao Dasein, ao passo em que somente com a morte é que o ser-aí conquista sua totalidade.

CAPÍTULO II - Fenomenologia e a era da técnica

Heidegger, com o seu projeto de Ser e Tempo, procurava se perguntar, desconstruir e (re)construir questões acerca do sentido do ser do Dasein. Com o decorrer de seu pensamento, porém, inicia-se o chamado segundo Heidegger, momento no qual o autor propõe que mais que o impessoal, o que atravessa o homem é o sentido de época. Assim, relação do Dasein com o mundo se daria por meio de uma armação de sentido que não está escancarada, explícita para o homem, mas que sempre está presente, de forma a determinar as suas possibilidades compreensivas.

Desta forma,

Se antes o Dasein era autônomo e responsável pela plasticidade hermenêutica do mundo, sendo o lugar onde se dava a clareira da existência, Heidegger percebe agora que a própria história é que possui autonomia em relação ao Dasein e, além disso, determina todas e qualquer possíveis significações do ser, sendo esta a clareira da existência [...]. A verdade é, portanto, histórica [...] (Yamaguti, 2015, p. 73).

Os fenômenos estão, assim, condicionados a determinações históricas (Yamaguti, 2015). É a partir deste pensar hermenêutico-fenomenológico que Heidegger propõe a noção de mundo da técnica: De origem grega, a palavra técnica, “encarnada tanto no homem quanto na máquina, é o signo atual de nossa relação com o mundo e o modo como a sociedade contemporânea se articula” (Possamai, 2010, p. 21).

Estaríamos vivendo, então, em uma “época em que tudo pode ser produzido, [...] cada vez melhor e mais rápido, e por isso, tudo pode ser substituível por um modelo mais novo, não só no que diz aos artefatos, mas em todas as áreas.” (Glaser, 2010, p. 15).

Tal condição tem como desdobramento o predomínio de uma necessidade por previsibilidade e, conseqüentemente, por certezas, que levaram o Dasein a um estado no qual privilegia-se o controle oferecido pela orientação através do cálculo, do matemático, e, portanto, do “comprovável” a partir da ciência positiva. Tais meios oferecem, mesmo que aparentemente, uma noção de segurança, configurando-se como uma forma mais confortável de lidar com as incertezas do mundo ôntico.

O encobrimento técnico dos entes, assim, se coloca como uma tentativa de superar a condição insuportável de insegurança do mutável, do transitório, em uma busca pelo acesso do ente na sua permanência, na sua atemporalidade, em sua previsibilidade e controle (Glazer, 2010):

Com isso, vê-se, nos dias de hoje, a busca do homem pelo padrão a ser seguido, por se encaixar em modelos a priori, pelas fórmulas (receitas) prontas para lidar com coisas de qualquer ordem, iludindo-se de que assim, não incorrerá em falhas, sofrimentos e perda de tempo (Glazer, 2010, p.16).

Neste caminho observa-se, por exemplo, que a natureza aparece como complexo de forças passível de ser calculado, e que o mundo se tornou uma fonte de recursos pura e simplesmente, sendo o ser do ente reduzido à instrumentalidade e ao controle técnico. Assim,

O vento, o rio, a floresta, a terra significam reserva de energia a ser extraída, processada e consumida. Desse ponto de vista, árvore é madeira e carvão; rio é possibilidade de acionar turbinas; ponte é possibilidade de transportar mercadorias (Leopoldo e Silva, 2007, p. 369).

Em outras palavras, as coisas são admitidas a partir de sua funcionalidade, de forma que o ente torna-se limitado à ocupação técnica que lhe foi designada.

Este processo ocorre, também, pois em nosso cotidiano não somos instigados a reflexão sobre o ser dos entes com os quais nos ocupamos. A lógica atual já se dá no sentido de nos atentarmos, sim, com a eficiência e produtividade daquilo que nos aparece, visando, sempre, a máxima eficiência (Yamaguti, 2015).

Tal compreensão de mundo, atenta Heidegger, pode levar a um olhar tecnicista para o próprio ser humano, que acaba por ser jogado para dentro deste paradigma, estando, assim como as coisas, disponível para ser utilizado.

O homem passa a ser visto, então, como matéria para qualquer tipo de cálculo: “Tudo está aí – natureza, trabalho, homem, educação - para ser explorado, transformado, armazenado, usado, ou seja, todo o real é visto para ser fundo de reserva” (Glazer, 2010, p. 15 apud Colpo, 2007).

Neste ponto, faz-se necessário lembrar que o Dasein, de início e na maioria das vezes, tende a se comportar do modo como todos se comportam, a partir do que Heidegger chama de impessoal. Assim, a prevalência da técnica no mundo moderno pode levar a mais um desdobramento importante: substituir-nos em nossas decisões

e ações. Como a técnica estipula o modo do cuidar, ela nos rouba nossa condição e cuida por nós, substituindo-nos em nossa responsabilidade ao passo que ela nos oferece tudo já previamente delimitado (Critelli, 2002).

É possível considerar, portanto, que existe um acirramento do impessoal no mundo da técnica, havendo

Uma absorção radical do ser-aí na medida do mundo técnico e uma transformação final de si mesmo também em fundo de reserva; essa absorção e essa transformação acabam por provocar um acirramento do modo impessoal de constituição da existência e por colocar em risco a própria ligação essencial do ser-aí como verdade do ser (Casanova, 2005, p.110).

Neste sentido, quando aplicado ao Dasein, o cálculo não tem sentido puramente matemático, não se limita a sua atividade técnica, mas se configura, sim, como uma lei fundamental do comportamento humano, uma nova regra que vale para toda forma de ação. Para o Dasein, o cálculo se torna uma atitude (Haar, 1990).

Em suma, no mundo da técnica, com o desenvolvimento das ciências, o Dasein adquire uma funcionalidade, havendo perda do seu caráter relacional e sua consequente transformação em um bem que pode ser utilizado. Ocorre, assim, a naturalização do homem, isto é, a concepção de que o ser humano é detentor de uma essência, sendo entendido como um ente como outro qualquer e que, portanto, estaria a mercê das leis naturais.

Ainda neste viés, entende-se que o cálculo nunca é livre e, em última instância, calcular significa pensar mecânica e deterministicamente. Assim, “a técnica moderna, por já ter um fim estabelecido, não possibilita o ser dos entes se desvelar, levando o ente a resultar exatamente naquilo que já se espera dele” (Glaser, 2010, p. 65).

CAPÍTULO III - Mundo contemporâneo: Violência e mulher

"Eu não serei livre enquanto houver mulheres que não são, mesmo que suas algemas sejam muito diferentes das minhas" (Audre Lorde).

A violência contra a mulher é um dos fenômenos mais "democraticamente" distribuídos na sociedade, atingindo todos os continentes e classes sociais.

Diante do grave quadro de múltiplas violências que atingem a mulher praticamente em todos os países do mundo, diversos autores chamam a atenção para o fato de que, apesar da sua ascensão em inúmeras sociedades, sobretudo como força produtiva, ela continua a sofrer discriminações [...] (Giordani, 2006, p. 159).

Segundo o artigo 1 da Comissão de Belém do Pará ratificada em 1994 (Celmer, 2010), a expressão "violência contra as mulheres" diz respeito a qualquer ação ou conduta de violência dirigida contra o sexo feminino, seja no âmbito público ou privado, que causem ou que possam causar sofrimentos e danos físicos, sexuais ou psicológicos às vítimas.

Mulheres de todo o mundo são discriminadas e têm seus direitos violados, fenômeno que se reproduz há séculos, nos mais variados contextos. Para compreender a questão da violência contra a mulher, portanto, se faz necessário reconhecer a sua segregação histórica, bem como as relações de desigualdade entre os sexos no âmbito social, político e econômico, nas quais a mulher ocupou e ainda ocupa uma posição de inferioridade em relação ao homem.

A vida de opressão e submissão imposta à mulher tem raízes anteriores, de modo que desde os tempos bíblicos, por exemplo, a mulher tem passado por inúmeras violações em seus direitos mais fundamentais, como o direito à vida, à liberdade e a disposição de seu corpo. Passagens da Bíblia, inclusive, ilustram tal condição: "Se um homem se encontrar com uma moça sem compromisso de casamento e a violentar, e eles forem descobertos, ele pagará ao pai da moça cinquenta peças de prata. Terá que casar-se com a moça" (Deuteronômio, 22:28-29).

A família patriarcal, estruturada sob a autoridade absoluta do patriarca ou chefe de família, teve origem a partir da repartição das tarefas advindas do desenvolvimento da agricultura (Santiago e Coelho, 2008). Perpetuou-se, assim, a

ideia da submissão feminina, na qual a mulher tinha pouca expressão e era vista como uma propriedade do homem, tida como objeto a serviço do seu senhor.

De acordo com Harari (2005, p.152):

Em muitas sociedades, as mulheres eram mera propriedade dos homens, principalmente do pai, marido ou irmão. O estupro, em muitos sistemas jurídicos, era tratado como violação da propriedade – em outras palavras, a vítima não era a mulher estuprada, mas o homem a quem ela pertencia.

No Brasil, o enfrentamento as desigualdades impostas em nossa sociedade com relação às questões gênero se deu tardiamente: A mulher foi autorizada a frequentar escolas elementares – e somente estas, separadas para meninos e meninas – apenas em 1827 (Castanha, 2015). O direito ao voto também só foi assegurado em 1932, no governo de Getúlio Vargas, após intensa campanha nacional.

No Brasil, em 1910 o Partido Republicano Feminino foi criado para que as mulheres pudessem expressar suas opiniões, lutando por sua emancipação, o que incluía a representação no setor de prestação de serviços e no sufrágio feminino. Logo após as mulheres terem adquirido o voto em 1932, ele foi suspenso em nível nacional até o ano de 1945 [...] (Giordani, 2006, p. 73).

A liberdade sexual, por sua vez, começou a ser alcançada somente em 1960, com o advento da pílula anticoncepcional, visto que até então a sexualidade da mulher era entendida como estritamente monogâmica e voltada para o casamento. Neste sentido, o prazer sexual sempre fora vedado à mulher (Giordani, 2006).

Como resultado da luta feminista e através da busca por medidas que coibissem o fenômeno da violência contra a mulher, surgem nos anos oitenta os primeiros equipamentos públicos de enfrentamento à esta questão: A delegacia especializada de atendimento às mulheres (DEAM) e as Casas Abrigo. (Silva, 1992; Saffioti, 1994b; Machado, 2000; Teles & Melo, 2002 apud Giordani, 2006).

Dos anos setenta e oitenta aos dias atuais, muitos foram os avanços e as quebras de paradigmas em relação a este tipo de violência, em especial com a criação da Lei Maria da Penha. Desenvolvida por mulheres e decretada em 2006, a lei 11.340 é um dispositivo legal que visa aumentar o rigor das punições sobre crimes domésticos. A lei colaborou para diminuição de aproximadamente 10% na taxa de assassinatos ocorridos no ambiente doméstico (IPEA, 2015), sendo

reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento a esta questão (Portal Brasil, 2015).

Ainda assim, a violência atinge mais de um quarto da população feminina do planeta. Somente no Brasil, mais de 13 milhões e 500 mil mulheres sofrem com este problema, segundo pesquisa do DataSenado (2013), sendo o nosso, um dos países onde mais se matam mulheres no mundo: Entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres, sendo que 47,5% apenas na última década (Guimarães; Pedroza, 2015).

É preciso atentar-se ao fato de que a maior parte das agressões sofridas por mulheres são causadas por homens que convivem ou conviveram com as vítimas, de modo que dados e estatísticas sobre a dimensão desta questão ainda são bastante escassos. Desta forma,

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus companheiros e familiares (Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, p 3).

A sociedade patriarcal e machista, portanto, acaba por legitimar e perpetuar violências conjugais praticadas pelo homem contra suas esposas/companheiras no âmbito doméstico. O fato de se dar no ambiente privado faz com que esta violência seja um fenômeno difícil de ser identificado e, portanto, combatido, inclusive por não ser socialmente reconhecido como crime (Giordani, 2006). A propagação da ideia de que a violência entre parceiros íntimos é um problema privado, que só poderia ser resolvido pelo casal, contribui para a sua invisibilidade social. (Marinheiro; Vieira; Souza, 2006).

Contrariamente, o fato de grande parte das mulheres em situação de violência não denunciarem às autoridades seus agressores pode gerar discursos reducionistas por parte daqueles que se deparam com tal situação, como se a vítima estivesse validando e/ou de acordo com a situação de violência na qual está submetida. Assim, a tendência à submissão feminina é, por vezes, colocada como pretexto para culpabilizar a vítima, de forma que “algumas falas culpam a mulher por

não denunciar a violência masculina, denotando sua "*acomodação (...) falta de iniciativa e conivência*" (Cavalcanti; Gomes; Minayo, 2006).

Em primeiro lugar, há de se considerar a dependência econômica como sendo um aspecto relevante que acaba por impedir inúmeras mulheres em situação de violência de a retratarem:

[...] As situações de privação, econômicas e culturais, são fundamentais para essas mulheres não vislumbrarem novos horizontes e não descobrirem saídas para romper o silêncio que permeia a violência doméstica e buscar opções viáveis para quebrar o seu ciclo (Parente; Nascimento; Vieira, 2009).

A dependência emocional também parece ser um dos principais fatores que dificultam o enfrentamento da situação por parte das vítimas: Muitas mulheres, por exemplo, ainda são criadas para o casamento, para assumirem a responsabilidade - a qualquer custo – por sua família. Existe assim, por parte das mulheres, a sobreavaliação da importância de um relacionamento afetivo para a formação de seus sentimentos e para a validação de sua identidade pessoal (Nogueira, 1996):

Nos dias de hoje, muitas mulheres continuam a ser socializadas para acreditar que uma relação heterossexual estável e duradoura deverá ser a sua primeira prioridade, sentindo-se protegidas e amparadas pela existência de tal relacionamento [...] (Nogueira, 1996, p. 296).

Desta forma, é possível inferir que denunciar seu conjugue agressor é, em última instância, também admitir o fracasso da missão que lhe foi imposta. A relação entre violência contra a mulher e culpa, então, pode ser incomodamente estreita.

Por todos os aspectos supracitados, o contexto doméstico tende a trazer consigo o aumento da vulnerabilidade e sentimento de impotência. Estudos como "A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas" (Zancan; Wassermann; Quadros de Lima, 2013) procuram expor relatos de mulheres que sofreram casos de agressões desta natureza:

Ele pulou pra cima de mim e me deu um tapa, e ele falava que se eu fizesse alguma coisa ele ia ficar com a guarda dos meus filhos porque eu não trabalhava e não tinha direito. Ele me ameaçava direto se eu fizesse qualquer coisa que desagradasse, que eu não tinha direito e ia me deixar sem nada. Às vezes era até pior do que agressão mesmo. Ao mesmo tempo que ele não me deixava trabalhar, ele me jogava na cara que me dava de tudo e eu não dava valor pra ele. (...) Eu sei que não é verdade, mas tu tenta argumentar pelos filhos, eu morria de medo de deixá-los passar fome (Roberta).

Ele tirou toda a minha roupa, e era frio, me amarrou com as mãos pra trás, amarrou as pernas, botou um pano na minha boca e me botou no piso e me jogava água gelada. Uma

vez ele me deu uma facada no braço e na barriga. (...) Eu não falava pra ninguém porque ele sempre dizia que se eu fizesse alguma coisa que ele fosse preso de novo, ele me matava, e eu tinha medo disso. (...) Depois que passava isso (violência) eu queria entender o porquê, sabe? Eu sempre fui boa dona de casa, fazia comida, lavava as roupas, era tudo certinho. Não saía, não tinha um porque. Eu só queria entender isso, só isso. (...) Eu não falava pra ninguém porque eu gostava dele e eu sabia que se ele fizesse alguma coisa, ia pra cadeia de novo, e naquele tempo eu não queria isso porque eu achava que com o tempo ia mudar, né? (...) Ele falava que ia mudar, chorava, fazia escândalo, e era isso que eu tinha esperança. Eu fiz de tudo pro casamento dar certo, ele nunca pode se queixar de nada porque eu fiz de tudo (Raquel).

Às vezes eu tava dormindo e quando eu via eu tava sem roupa já, ele tinha tirado tudo. Eu chorava e pedia por favor, e ele dizia: Tu não é minha mulher? (...) Ele vinha pra cima de mim e eu não tinha como sair de baixo, ele segurava os meus braços e ele botava os pés em cima dos meus pés. (...) Ele foi muito ruim pra mim e muito ruim pro meu filho, mas também ele foi bom pra nós. (...) Ele tá bem proposto a mudar, das outras vezes ele mudava, mas nunca chegava a sentar e falar “eu vou mudar”, e dizia que ele não tava errado, ele não admitia que tava errado. E agora ele falou que viu que não tinha noção de tudo que tava fazendo (Paula).

Ele me manteve refém, não me deixava sair, sabe? A casa era trancada e ele me ameaçava com uma faca, ele inventava qualquer coisa e vinha agredir a família. Bebia na rua e vinha agredir a família, era costume de toda a semana. (...) Eu fico a pior pessoa do mundo, fico humilhada. Por tudo o que eu faço, tudo o que eu sou pra ele e ele me trata desse jeito, eu e os filhos. Me sinto muito mal, e fico pensando o porquê disso. Um dia eu quero entender por que ele tem tanto ódio da gente, que estamos sempre apoiando ele. (...) Eu me sinto sozinha, sinto que não posso reagir, que nem todas às vezes que eu tentei sair de casa. ... Eu tinha pena. Ele chorava, implorava, e eu tenho o coração assim, não adianta, implorava pra mim voltar, eu sempre fui assim (Márcia).

Sentimentos conflitantes como medo, humilhação e expectativa na mudança do parceiro ficam claros nos trechos em questão. Este último, por exemplo, se desvela como extremamente comum àquelas que sofrem violência, fato evidenciado nos discursos de Raquel, Paula e Márcia.

Muitas mulheres simbolizam a imagem do casamento perfeito e feliz em seus sonhos, com a esperança constantemente renovada de que o agressor vai mudar, que as coisas vão melhorar e que “tudo um dia vai passar como num passe de mágica”, sentimento esse que também é, segundo elas, frequentemente desfeito pelas decepções em contato com a realidade do comportamento do companheiro. Perdura no relacionamento o misto de esperança e decepção, fazendo com que o desgaste se acentue (Fonseca; Ribeiro; Leal, 2012, p. 311)

A culpa aparece novamente, agora como sendo um sentimento comum aos relatos acima. A culpabilização se dá tanto a partir das acusações dos parceiros (“Ele me jogava na cara que me dava de tudo e eu não dava valor para ele” – Roberta), como também advindos de reflexões das próprias vítimas. Neste caso, observa-se que elas se sentem culpadas por nutrirem afeto pelos agressores e por não conseguirem interromper a violência sofrida, apesar de suas tentativas de evitar situações que pudessem de alguma forma justificar as agressões (“Depois que passava por isso, eu queria entender o porquê, sabe? Eu sempre fui boa dona de

casa, fazia comida, lavava as roupas, era tudo certinho” – Raquel; “Me sinto muito mal e fico pensando o porquê disso. Um dia eu quero entender por que ele tem tanto ódio da gente, que estamos sempre apoiando ele” – Márcia).

Muitas são as formas de violência sofridas por mulheres e evidenciadas nestes depoimentos, sendo a física e a sexual as mais facilmente reconhecidas, por se tratarem de abusos que geralmente deixam marcas visíveis e, portanto, são passíveis de “comprovação”.

A violência psicológica, porém, é relatada por mulheres como sendo a mais dolorosa (Sagot, 2007), podendo ser expressa nas mais diversas formas: Rebaixamento das qualidades e características da mulher, diminuição da sua autoestima, ciúmes excessivo, degradação e controle de suas ações, comportamentos, crenças e decisões, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração, limitação do direito de ir e vir e até mesmo infidelidade.

Estudos internacionais corroboram a afirmação de Sagot ao revelarem que muitas mulheres consideram ser mais fácil conviver com a violência física do que com as manifestações de violência psicológica advindas de seus parceiros em forma de abusos e humilhações (Giordani, 2006).

Com relação a isto, se faz necessário ressaltar, ainda, que situações em que a violência é praticada pelo parceiro íntimo da mulher, agressões físicas são, geralmente, provocadas em conjunto com atos de violência psíquica, colaborando para a criação e manutenção de um ambiente de terror permanente (Giordani, 2006).

A família é protegida pelo silêncio sobre o que ocorre entre quatro paredes. Longe de ser uma proteção para as mulheres, a família nuclear tradicional tem sido um lugar onde as ocorrências de abuso de crianças, de violência doméstica e de estupro, são sistematicamente ocultadas e negadas (Giffin, 1994, p. 150).

Em decorrência disso, muitas mulheres apresentam reações como enxaquecas, gastrites, dores difusas, depressão e outros problemas, adoecendo a partir das situações de violência sofridas. A violência contra a mulher, portanto, além de ser uma questão política, cultural e jurídica, é também, e principalmente, um caso de saúde pública.

[...] Mulheres procuram atenção médica com sintomas que podem sugerir uma história de violência doméstica, incluindo depressão, ansiedade e desordem de estresse pós-traumático, aumento do uso de álcool e drogas e mudanças no sistema endócrino. (Adeodato; Carvalho; Siqueira; Matos e Souza, 2005, s/pg).

É preciso considerar, ainda, que há outras formas de violência igualmente perversas, como a violência institucionalizada/simbólica. Esta é, por muitas vezes, ignorada e diminuída, apesar de suas manifestações serem amplas e diversificadas:

Assim, comportamentos que inibem a criatividade podem ser considerados simbolicamente violentos, pois restringem a liberdade de expressão ao se basearem em papéis sociais de gênero (homem/mulher) pré-fixados [...] A clássica frase “isto não é coisa de menina” é expressão clara de violência simbólica (Celmer, 2010, p. 75).

O encargo pelo manejo do lar, das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos como responsabilidades exclusivas da mulher, o privilégio na escolha de homens para cargos de chefia e a diferença salarial entre os gêneros são outros exemplos que podem ser citados (Celmer, 2010).

Naturalizadas em nosso mundo, situações como as citadas por Celmer são tidas como cotidianas, normais, não passando pelo crivo de uma análise crítica apropriada que desconstrua e problematize a real gravidade de sua existência, bem como seus efeitos nocivos na vida das mulheres atingidas. Cardoso (1995) utiliza a expressão *violência discreta* para estes casos, nos quais a violência é “tida como fenômeno não visto, por ser, de certo modo, garantida pelas instituições sociais vigentes” (Giordani, 2006, p. 156).

Por fim, mas não menos importante, destaca-se a necessidade de levarmos em consideração as inúmeras variáveis socioeconômicas das vítimas, uma vez que este é um fenômeno que atinge mulheres pertencentes aos mais variados níveis sociais, financeiros e educacionais. A vulnerabilidade, portanto, pode se agravar de acordo com outras formas de preconceito sofridas por estas mulheres, como a discriminação por raça e etnia, por exemplo. Neste sentido, contextos externos violentos e o menor acesso às redes de proteção e aos sistemas de segurança e justiça podem aumentar a exposição à violência e as consequências da mesma (Pitanguy, 2013).

Entende-se, desta forma, que as experiências vivenciadas por milhões de mulheres vítimas da violência, cujas marcas visíveis e invisíveis afetam sua

autoimagem e provocam transformações na sua forma de ser/estar no mundo, devem ser olhadas. Torna-se evidente, assim, a necessidade de discutir esta questão a luz de uma compreensão tão abrangente como a Fenomenologia, uma vez que o fortalecimento da luta feminista e conseqüentemente das próprias mulheres acaba por iluminar este fenômeno, até então extremamente encoberto.

CAPÍTULO IV - A violência contra a mulher na era da técnica

Este trabalho, desde sua concepção, esteve norteado pelo questionamento sobre como ainda é possível existir, no mundo contemporâneo, a violência contra a mulher, apesar de todos os avanços nas mais diversas áreas de nossa sociedade. A elucidação da chamada era da técnica e seus desdobramentos, realizada no capítulo II, configura-se como um dos possíveis caminhos para a compreensão deste fenômeno, sendo a aproximação entre essas duas questões o objetivo do presente capítulo.

De início, faz-se necessário realizar uma retomada de conceitos já explicitados anteriormente: A fenomenologia compreende o Dasein como poder-ser, isto é, como aberto às possibilidades que lhe são apresentadas em seu mundo. Desta forma, justamente por ser um poder-ser, o Dasein é um ainda-não, sendo a sua existência algo que nunca já está feito. Ao contrário, ela está sempre inacabada e diante de inúmeras possibilidades.

Além disto, o Dasein é ser-no-mundo, isto é, ele é compreendido sempre em relação, de modo que não é possível conceber tanto o Dasein independente do mundo que habita como também este separado do Dasein: “O mundo é a nossa morada de todos os dias, a pousada em que acontecemos entre o nascimento e a morte. É a partir dele que nos entendemos de início e na maioria das vezes” (Loparic, 2004, p.2).

Neste mundo estamos, na maior parte do tempo, decaídos no que Heidegger chama de impessoal, isto é, no discurso do “a gente”, naquilo que é compartilhado por todos.

Isto quer dizer que sendo o Dasein um ente ontologicamente desprovido de essência (poder-ser-livre), mas que sempre tem que ser de alguma forma, onticamente na sua cotidianidade está na maioria das vezes submetido as significações sedimentadas de mundo, obedecendo cegamente o discurso do “a gente” (Sodelli, 2016, p.68).

É importante reafirmar que o impessoal tende a ser acirrado na era da técnica, na medida em que esta já nos oferece tudo previamente delimitado: “[...] Nos dias de hoje, mais do que em outros tempos, o homem está “jogado na

impessoalidade, ele é 'todo mundo'. Ele é absorvido pela vontade autônoma da técnica" (Glaser, 2010, p. 15).

Sob a ditadura do impessoal, pautando-se por uma compreensão mediana, o homem lida com o mundo como algo simplesmente dado, no qual tudo já está resolvido, colocado. O espaço para um existir mais próprio, mais reflexivo, torna-se estreitado. Frases cotidianas como "Isso é assim mesmo, sempre foi e sempre vai ser" ilustram tal aprisionamento, que acaba por compreender o modo como determinado fenômeno está se manifestando como sendo o seu único existencial, e não como uma possibilidade.

É possível compreender, após alguma reflexão, que o machismo se configuraria, portanto, como a forma na qual vem se abrindo o poder-ser do homem. Seria, assim, um estreitamento das possibilidades compreensivas do Dasein diante do mundo que é o seu. E é exatamente isso que faz a técnica, nos estreita as possibilidades de mundo.

O fenômeno da violência contra a mulher, neste sentido, não pode ser entendido como se os homens estivessem à mercê de sua biologia incontrolável. Um animal, por exemplo, não compreende sua existência e, portanto, não tem liberdade para deixar seguir o que lhe é instintivamente colocado (ou aquilo que lhe foi ensinado).

O Dasein, por sua vez, está sempre no mundo de forma interpretativa, sendo esta condição estendida à compreensão e a reflexão sobre seu existir e, portanto, sobre seus instintos:

[...] o homem jamais é um mero instinto no qual são acrescentados regularmente outros tipos de comportamento controlador ou orientador. Mesmo mergulhado no impulso, o ser-aí já é sempre cuidado modificado (Morato, 2007, p.58).

Entende-se, então, que a violência contra a mulher não se trata de um fenômeno instintivo ou resultante de uma superioridade física do homem (apesar de esta ser uma condição agravante). Seria, sim, uma expressão do poder-ser machista, isto é, uma manifestação do machismo, que sua vez, como dito anteriormente, seria a forma como se abre o poder-ser do Dasein hoje em dia.

A esta altura, para uma compreensão mais ampla sobre a questão aqui estudada, faz-se necessário expandir nossa reflexão acerca da era da técnica: Com sua busca por previsibilidade, ela acaba por transformar em técnica, também, a experiência humana, uma vez que o olhar para o mundo e para os entes já se dá de acordo esta ótica.

O modo de agir (ou ser, no caso) do homem ocidental tornou-se técnico. Trata-se de uma orientação de conduta que aplicamos a cada gesto e em relação a tudo. É esse o único modo que entendemos ser possível no trato de nossa existência e do que quer que nela se apresente. (Critelli, 2002, p. 85).

No mundo da técnica, portanto, os entes são dotados de identidade, de definição, de modos de agir próprios, característicos. A ponte entre o fenômeno da violência contra a mulher e o pensamento fenomenológico, então, se dá também no sentido de que, na era da técnica, o ser mulher e o ser homem se abrem sempre de forma pré-estabelecida, previsível.

Homens são, segundo a concepção naturalizada de gênero, seres dotados de força, razão, objetividade, independência (Rifiotis, 1997). Seriam os responsáveis pelo sustento familiar devido a sua suposta natureza provedora, capaz de produzir e garantir as condições necessárias aos seus dependentes. Mulheres, por outro lado, são consideradas mais cuidadosas, atenciosas, sensitivas. São geralmente descritas como mais dependentes, frágeis, carentes e resignadas (Rifiotis, 1997). A proatividade, então, se associa a figura masculina, e a passividade, a feminina.

A partir desta determinação biológica binária objetivante, articulada no mundo fático, uma série de crenças representativas e, hermeneuticamente estagnadas, perpetuaram ideias deterministas sobre a existência masculina e feminina. [...] Em termos fenomenológicos são armações históricas que colocaram o masculino e o feminino como essências diferentes, tendo a centralidade do poder garantida para a hegemonia masculina [...] (Yamaguti, 2015, p. 88).

Assim, o Daisen mulher encontra-se já colocado em um mundo que lhe dá orientações de como ser mulher. Desde os tempos mais remotos, as mulheres têm vivido encobertas pela passividade que lhes foi imposta, perdendo, em muitos níveis, a autonomia e o controle de si mesmas (Teles & Melo, 2002). As diferenças de qualidades de gênero que pressupõem a fragilidade e a passividade como sendo características essencialmente femininas contribuem para a perpetuação de relações desiguais de poder, que podem ser expressas através da violência:

Graças às influências da cultura de fragilidade feminina, muitos homens veem-se legitimados e impulsionados a exercer a violência contra a mulher, a qual, por sua vez, costuma assumir o lugar de passiva e frágil, submetendo-se à violência dentro e fora do lar (Azevedo, 1985; Chauí, 1985; Giffin, 1994; Saffioti, 1994a; apud Giordani, 2006).

Ao mesmo passo, sustentados novamente por esta naturalização dos papéis de gênero possibilitada pelo olhar determinista do mundo da técnica, ocorre a reafirmação do homem enquanto posição de autoridade perante a mulher, posição esta que também colabora para o fenômeno da violência contra a mulher. Deste modo,

Da mesma forma e em conseqüência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas (Minayo, 2005, s/pg).

Outro desdobramento importante da era da técnica que atravessa o existir humano diz respeito à capacidade de frustração do Dasein. A lógica do mundo da técnica se apresenta em uma perspectiva na qual sempre se diz “sim” para tudo: Ao apertar o botão de “Power”, liga-se a televisão; ao digitar uma senha, destrava-se o celular; ao girar uma chave, faz-se funcionar o carro. Dentro deste horizonte de funcionalidade, não há espaço para o não, para a frustração.

A objetificação da mulher, neste sentido, colabora para a perpetuação da violência, na medida em que lhe é retirada sua humanidade, sua posição de sujeito.

Conforme Chauí (1985), a violência corresponde a uma ação contra um ser humano, que não é visto como sujeito, mas como uma coisa, pontuando, dessa forma, questões como desvalorização, a hierarquia e o controle opressor da pessoa ofensora sobre a vítima. Brasil (2000a) corrobora tal afirmação ao apontar a violência como algo oposto à natureza, por tratar-se da imposição pela força de uma vontade a outra, da desconsideração e negação da condição humana do outro, portanto, da condição de sujeito do outro (Giordani, 2006, p. 2).

Assim, ela acaba por ser enxergada como um ente como outro qualquer de nosso mundo, disponível à exploração e, portanto, dotada de uma funcionalidade que, novamente, não é passiva de frustrações. Dentro desta perspectiva, então, a mulher *funciona* como objeto de prazer para o homem. Quando a “máquina mulher” falha ou justamente não *funciona* como o homem deseja, percebe-se o quanto o Dasein não está aberto para a recusa de suas vontades. O estupro, neste sentido, além de mais uma maneira de reafirmação do poder masculino sobre a mulher, pode

ser compreendido também como uma expressão do não-saber renunciar, aceitar o não e se frustrar de um homem.

É importante ressaltar que não pretende-se, aqui, olhar para o fenômeno em questão de forma maniqueísta, colocando homens enquanto os vilões e mulheres enquanto vítimas impotentes. Ao contrário, a compreensão do machismo como forma na qual vem se abrindo o poder-ser do homem evidencia que esta é uma construção de mundo apresentada ao Dasein desde o seu nascimento e perpetuada pelo mesmo, que se vê jogado na maior parte do tempo no impessoal, onde tudo já esta previamente dado.

Considera-se, assim, que o machismo seria uma das possibilidades do ser-aí, existindo, portanto, inúmeras outras formas de compreensão e construção do ser-mulher/ser-homem. Apesar disto, é fundamental destacar que não há como acabar com a possibilidade da violência enquanto fenômeno, uma vez que o Dasein é livre tanto para o “bem” quanto para o “mal”. O mundo, em contrapartida, é que poderia sinalizar com maior clareza os limites da convivência com o outro. Ao não ser considerada como objeto, coisa, a compreensão da mulher enquanto sujeito de direitos e vontades poderia, então, viabilizar tais contornos.

Pondera-se aqui que um dos caminhos para a mudança possa ser o empoderamento feminino e a desconstrução masculina, ambos impulsionados pela saída – mesmo que momentânea- de um modo de ser impróprio, decaído no impessoal. A retomada de um existir mais próprio através da reflexão e, portanto, da angústia, poderia ocasionar mudanças na forma de compreender aquilo que já nos foi dado e que está, portanto, naturalizado.

Tendo em vista a forma na qual vem se estruturando a compreensão do Dasein sobre mundo, o presente trabalho gostaria, então, de propor uma reflexão a partir de um questionamento que se mostrou incomodamente pertinente: Estaríamos nós vivendo em uma sociedade doente, na qual o machismo se manifestaria enquanto sintoma? Seria ele um reflexo de um poder-ser já solidificado que tem por base um olhar estreitado, mecanicista, e que convoca de nós, enquanto ser-aí, que nos distanciemos cada vez mais de vivências mais autênticas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragilidade nas compreensões e reflexões mundanas sobre a violência contra a mulher traz à tona a necessidade de novas formas de se interpretar este fenômeno, inclusive na psicologia. Neste sentido, o trabalho buscou oferecer novos alicerces compreensivos, não recorrendo a explicações naturalistas e biologizantes, que consideram o fenômeno fora de seu contexto e de seu sentido de época.

Foram exploradas, desta forma, quatro frentes de reflexão sobre este fenômeno de acordo com a ótica da fenomenologia existencial. São elas:

- 1) O machismo como forma na qual vem se abrindo o poder-ser do homem.
- 2) A violência contra a mulher enquanto uma expressão do poder-ser machista.
- 3) A era da técnica e seu olhar mecanicista, que levam à previsibilidade sobre como homens e mulheres devem ser, contribuindo para o aparecimento e a perpetuação da violência;
- 4) A era da técnica enquanto redutora de nossa capacidade de frustração, o que se estende para questão da violência contra a mulher graças à objetificação da mesma.

É preciso atentar-se, porém, ao fato de que a pesquisa fenomenológica não tem a pretensão de esgotar a compreensão sobre qualquer tema que esteja sendo estudado. Ao contrário, pensamos que este é um ensaio de um novo horizonte para a compreensão deste fenômeno.

A tentativa de mensuração desta questão através de estatísticas e dados quantitativos, apesar de importante (e totalmente inserida na lógica atual), não dá conta do fenômeno como um todo. Ao mesmo tempo em que números oferecem parâmetros essenciais para sustentar a urgência de um olhar e um fazer efetivos em prol desta questão, eles não são suficientes no sentido de abarcar a singularização da vivência de sofrimento de cada mulher.

Desta forma, a realização de pesquisas e estudos que dialoguem com esta temática, não só a partir de um olhar direcionado ao macro, mas também visando a esfera individual de sofrimento, se mostram essenciais para o desenvolvimento de saberes e práticas que ofereçam uma visão mais consciente e crítica acerca desta

questão, por vezes tão invisibilizada. O desenvolvimento da luta feminista e o consequente empoderamento das mulheres impulsiona e reacende tais discussões, ainda mais em um momento de tantas mudanças.

Realizar um trabalho sobre este fenômeno, porém, pode se mostrar como um desafio absolutamente angustiante. A extensão desta problemática, suas manifestações e suas consequências são de uma complexidade tal que a minha relação com o trabalho se deu sempre no horizonte da reflexão, da desconstrução, da quebra de paradigmas e da revisitação de antigos caminhos já sedimentados.

Sabemos, assim, que este estudo não foi capaz de compreender todos os aspectos relacionados a este tema, encerrando a discussão sobre a violência contra a mulher a partir da fenomenologia existencial. Apesar disto, compreendemos a importância de um trabalho de conclusão de curso que possibilite nos lançarmos em meditação sobre a forma como o Dasein vem se entrelaçando com o mundo e com seus pares, abrindo espaço para a criação de novos horizontes de compreensão e ação terapêuticos.

A psicologia, em especial, deve ter um olhar atento à violência contra a mulher. Atuamos em CAPS, clínicas, hospitais, ambulatórios, escolas, empresas, abrigos, ONGs, lidando, diariamente, com o sofrimento humano em suas mais variadas expressões. Sendo a violência contra a mulher um fenômeno que deixa marcas profundas no emocional de suas vítimas, nos tornamos, enquanto profissionais, referências para a escuta das dificuldades e contradições que esta problemática pode trazer às mulheres.

Apesar disto, durante toda a graduação não são oferecidas matérias, mesmo que eletivas, que tenham como foco esta temática, estando nós, futuros psicólogos, distantes do debate e da construção de um saber mais sólido frente a esta situação. É somente através da vivência, seja no campo prático ou através do diálogo, da escuta e da troca de experiências que será possível avançar, em algum nível, no enfrentamento deste tipo de violência.

É preciso considerar que “não podemos escapar de nossas determinações históricas” (Yamaguti, 2015, p. 112). O modo de ser mecanicista, calculador e matemático sustentado pela era da técnica está aí, nos atravessa em nosso existir.

Viver somente de modo impróprio, então, nos deixa jogados à própria sorte, sendo fundamental assumir uma postura reflexiva, mais livre do pensar técnico e do discurso do impessoal.

Faço minhas, então, as palavras de Simone de Beauvoir (1970, p. 71): “Achar-se situada à margem do mundo não é posição favorável para quem quer recriá-lo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.39, n.1, p.108-113, jan. 2005.

Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000100014>. Acesso em 18/09/2015.

BARSTED, Leila A. Linhares. Em busca do tempo perdido: mulheres e políticas públicas no Brasil - 1983/1993". **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. especial, p. 38-54, 2º sem. 1994.

Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16092/14636>>. Acesso em 18/10/2015.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo – Fatos e Mitos. 4. Ed. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro, 1970.

Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=3pesCQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 01/06/2016.

BITTENCOURT, Maria C. Borges. Solidão sob o olhar da fenomenologia-existencial. 2003. 150 f. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2003.

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres. Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, 2004.

Disponível em <http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo_03.pdf>. Acesso em 22/09/2015.

CASANOVA, Marco Antônio. Compreender Heidegger. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. Nada a caminho: impessoalidade, nihilismo e técnica na obra de Martin Heidegger. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2006.

CASTANHA, André Paulo. O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: Coeducação ou escolas mistas. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v.19, n.47, p. 197-212, set./dez. 2015.

Disponível em <<file:///C:/Users/ra00094109/Downloads/51341-239509-1-PB.pdf>>. Acesso em 20/04/2016.

CAVALCANTI, Ludmila Fontenele; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 31-39, jan. 2006.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13/12/2015.

CELMER, Elisa Girotti. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (organizadora). A violência na sociedade contemporânea. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2010.

Disponível em <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>>. Acesso em 29/11/2015.

CORREA, Maria S. Medeiros; LOPES, Regina L. Mendonça; DINIZ, Normélia Maria Freire. Reflexões sobre o cuidar de mulheres que sofrem violência conjugal em uma perspectiva heideggeriana do mundo da técnica. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 230-234, set. 2001.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342001000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14/11/2015.

CRITELLI, Dulce M. Martin Heidegger e a essência da técnica. **Margem**, São Paulo, n.16, p. 83-89, dez. 2002.

FONSECA, Denire Holanda; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia S. Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: Realidades e representações sociais. **Psicologia e Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n.2, p. 307-314. 2012.

Disponível em

<<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/viewFile/3427/2068>>. Acesso em 02/12/2015.

GLASER, Priscilla Andrea. Educação Infantil na Era da Técnica: Des-caminhos para o poder-ser mais autêntico. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GIORDANI, Anney Tojeiro. Violências contra a mulher. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2006.

HARARI, Yuval Noah. Uma breve história da humanidade – Sapiens. São Paulo, SP: L&PM, 2015.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 514-522, Dez. 2012.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042012000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13/12/2015.

GROSSI, Miriam; MINELLA, Luzinete; LOSSO, Juliana. Gêneros e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2006.

Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1256>>. Acesso em 25/11/2014.

GUIMARAES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina L. Sucupira. Violência contra a mulher: Problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, Ago. 2015.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02/03/2016.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha. Base de dados. Ipea, 2015.

Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24610>. Acesso em 06/09/2015

MARINHEIRO, André L. Valentini; VIEIRA, Elisabeth Meloni; SOUZA, Luis. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Rev. Saúde Pública**, Ribeirão Preto, v. 40, n. 4, p. 604-610.2006.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n4/08.pdf>>. Acesso em 10/05/2016.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 691-700, Mar. 2013.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08/05/2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 23-26, Mar. 2005.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23/01/2016

MONTEIRO, Claudete F. de Souza; SOUSA, Iris E. de Oliveira. Vivência da violência conjugal: Fatos do cotidiano. **Texto contexto Enferm.**, Florianópolis, v.16, n.1, p. 26-31, jan/mar. 2007.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n1/a03v16n1>>. Acesso em 29/10/2015.

MORATO, Henriette T. Penha. Aconselhamento Psicológico centrado na pessoa – Novos desafios -. 2. Ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2007.

NOGUEIRA, Conceição. Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero – perspectiva feminista crítica na psicologia social. 1996. 464 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e das Organizações) – Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga. 1996.

Disponível em <<file:///C:/Users/ra00094109/Downloads/91182.pdf>>. Acesso em 03/04/2016.

NUNES, Benedito. Heidegger & Ser e Tempo. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2002.

PARENTE, Eriza de Oliveira; NASCIMENTO, Rosana Oliveira do; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 445-465, Ago. 2009.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13/12/2015.

PITANGUY, Jacqueline. Violência contra a mulher: Consequências socioeconômicas. Cadernos Adenauer XIV, Rio de Janeiro, n. 3, p. 115-124. 2013.

Disponível em <<http://www.kas.de/wf/doc/11287-1442-5-30.pdf>>. Acesso em 28/05/2016.

POSSAMAI, Fábio Valenti. A técnica e a questão da técnica em Heidegger. **Intuitio**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 20-32, jun. 2010.

Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/viewArticle/6790>>. Acesso em 21/03/2016.

SAGOT, Montserrat. A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (organizadora). Rotas críticas: Mulheres enfrentando violência. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2007.

SENADO, Data. Violência doméstica e familiar contra a mulher. **Secretaria de Transparência**, Senado Federal, v. 25, n. 06. 2013.

Disponível em <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>. Acesso em 22/09/2015.

SILVA, Franklin Leopoldo. Martin Heidegger e a técnica. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 369-374, set. 2007.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662007000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25/04/2016.

SILVA, Luciane Lemos ET AL. Violência Silenciosa: Violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, Florianópolis, v.11, n.21, p.93-103, jan/abr. 2007.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/icse/v11n21/v11n21a09.pdf>>. Acesso em 10/12/2015.

SODELLI, Marcelo. Aproximando sentidos: Formação de professores, Educação, Drogas e Ações Redutoras de Vulnerabilidade. 2010. 239 f. Tese (Doutorado em Educação – Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.

_____. Uso de drogas e prevenção: Da desconstrução da postura proibicionista às ações redutoras de vulnerabilidade. Rio de Janeiro, RJ: Ed Via Verita, 2016.

YAMAGUTI, Alexandre Collarile. Reflexões hermenêutico-fenomenológicas sobre a condição paterna. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2015.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia; LIMA, Gabriela Quadros de. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 63-76, jul. 2013.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10/01/2016.